



Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) submete a apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e suas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício 2016, acompanhado dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Esses documentos foram elaborados na forma dos dispositivos contidos na Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações.

PERFIL DA EMPRESA

Somos uma Empresa de Economia mista criada em 25 de agosto de 1969, responsável por estudos, projetos e execução de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o Estado de Sergipe, promovendo a universalização desses serviços através de soluções efetivas e participativas, para melhoria da qualidade de vida da população. Nosso principal acionista é o governo do Estado que detém 99% do total das ações.

Nosso mercado preferencial é o Estado de Sergipe, onde operamos com abastecimento de água em 71(setenta e uma) sedes municipais, além de 563 povoados nas modalidades Residencial, Comercial, Industrial e Setor Público. Contamos com 7.471 km de Rede de Distribuição, que permite que a água captada através de adução, após tratada, atenda a demanda de 584.664 economias.

Foram investidos recursos da ordem de R\$ 131 milhões, oriundos dos Governos, Federal, Estadual e Municipal.

Em 2016, a DESO deu prosseguimento as Obras de Ampliação do Sistemas de Abastecimento de Água do São Francisco, previstas no Programa do Governo do Estado "Gestão Ambiental e Saneamento Básico", com recursos oriundos de Convênio entre o Governo do Estado e o Ministério da Integração. São R\$ 127.748.027,41 aplicados no empreendimento, cuja adutora foi duplicada, aumentando a produção de água de 1.775 para 2.763,38 litros por segundo.

O Sistema da Adutora do São Francisco responde por 70% desta demanda e o governo do Estado de Sergipe elegeu a execução da 3ª fase da 2ª Etapa dessa Obra como prioridade absoluta e encontra-se em 92% concluída.

Encontram-se ainda em andamento as obras da ETA João Ednal-

do e ETA Oviedo Teixeira, com término previsto para 2017.

A Estação de Tratamento de Água João Ednaldo (ETA do São Francisco) tem o objetivo de receber e tratar água da adutora do rio São Francisco e distribuir para os bairros Bugio, Jardim Centenário, Parque São José, Santos Dumont, Sobrado, José Conrado de Araújo, Novo Paraíso, Siq. Campos, 13 de Julho, 18 do Forte, Cidade Nova, Cirurgia, Suissa, Atalaia Nova, Centro, Getúlio Vargas, Grageru, Industrial, Japãozinho, Jetimana, Lamarão, Médiçi, Luzia, Olaria, Palestina, Pereira Lobo, Porto Dantas, Salgado Filho, Sanatório, Santo Antônio, São José, Soledade, América. Além de aumentar a produção de água para abastecimento de 4.320 para 7.560 m³/hora, a obra diminuirá os desperdícios com o descarte da água na lavagem de filtros e possibilitará um monitoramento mais efetivo dos meios de tratamento através dos sistemas automatizados que serão implantados. O investimento nesta obra é de R\$ 18.436.901,80.

A Estação de Tratamento de Água (ETA) Oviedo Teixeira tem o objetivo de receber e tratar água da adutora do rio São Francisco e distribuir para o município de N.S do Socorro (Sede, Conjunto Fernando Collor, Conjunto João Alves, Conjuntos Marcos Freire I, II e III, Distrito Industrial, Taiçoca, São Braz, Albano Franco, Palestina, Parque dos Faróis, Pai André, Guajará, Nova Palestina, Santo Inácio, Rosa de Maio e Conjunto Jardim). Além de aumentar a produção de água para abastecimento de 702m³/hora para 1566 m³/hora, a obra contempla a construção de novos módulos de floculação, decantação e filtração, além da reforma e automação de toda a estrutura de tratamento. O investimento nesta obra é de R\$ 9.054.000,00.

A DESO atua ainda, na Coleta e Tratamento do Esgotos Sanitários em 04 sedes municipais (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Lagarto e Simão Dias) e 03 localidades que compõem o Complexo Taiçoca, Palestina(N.Sra do Socorro) e Rosa Elze (São Cristóvão), contribuindo dessa forma, para melhoria da qualidade de vida da população.

As ações relativas ao Esgotamento Sanitário, deu-se na continuidade das obras de Ampliação do Sistema de Aracaju (bairros Coroa de Meio, Atalaia, Farolândia, Grageru e Jardins, e região Metropolitana, assim como nas sedes municipais de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e no Povoado Saco em Estância beneficiando aproximadamente 55 mil habitantes e contribuindo significativamente para a

despoluição dos rios Sergipe e Poxim. Além disso, foram iniciadas as obras de implantação dos Sistemas na cidade de Nossa Senhora das Dores e, mediante Convênio com a CODEVASF, e nas sedes dos municípios de Itabi, Pacatuba e São Francisco.

Nos últimos anos, alguns fenômenos ambientais passaram ameaçar a qualidade das águas do Rio Piauí, sendo o primeiro o despejo in natura no leito dos afluentes por esgoto sanitário.Outro fenômeno é a precária eficiência da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) onde recebe os afluentes para ela destinados, que tem como ponto de lançamento final no leito do Riacho Angola Cachorro um dos afluentes do Rio Piauí. Após solicitação do Governo do Estado de Sergipe, o Ministério das Cidades aprovou a liberação de R\$ 95,9 milhões para ampliação do sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Lagarto, a partir de 2015. Os recursos integram o plano de investimentos do Governo a ser executados pela (Deso).

Com o Projeto de Ampliação da Infraestrutura Sanitária, mais de 56 mil moradores de Lagarto passarão a ter acesso à coleta e tratamento de esgoto. O empreendimento ganha notória importância, já que compreende obras voltadas a preservação de águas do Rio Piauí, importante ponto de manancial na região sul do Estado de Sergipe. Ao mesmo tempo, a área beneficiada é constituída por diversos bairros da cidade de Lagarto, cuja grave situação sanitária, em razão do alto índice de atendimento dos serviços de abastecimento de água, da ausência de coleta e tratamento de esgotos e da dificuldade de disposição dos esgotos no solo, põe em risco a saúde dos habitantes por conta das doenças de veiculação hídrica e daquelas transmitidas por insetos e roedores. As obras foram iniciadas em novembro de 2015, com previsão de término até o final de 2017.

Contando também com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em 2015 também foram iniciadas as obras de Esgotamento Sanitário do Município de Itabaiana, com investimento inicial de R\$ 23 milhões de reais. Neste município também ocorrerá a execução de um Sistema de Drenagem de Águas pluviais e a recuperação do Sistema de automação da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Itabaiana.

Aracaju, 31 de dezembro de 2016

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

	R\$(1) 31/12/2016	R\$(1) 31/12/2015
CIRCULANTE	131.760.696	98.826.928
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.774.972	4.775.078
Caixa e bancos	3.166.632	1.161.592
Aplicações de liquidez imediata	6.608.340	3.613.486
DIREITOS REALIZÁVEIS	121.985.724	94.051.850
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	115.160.687	90.077.885
Estoques (Nota 3)	2.144.495	769.820
Outras créditos	4.680.542	3.204.145
NÃO-CIRCULANTE	1.430.772.520	1.356.315.090
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.529.392
Depósitos judiciais (Nota 3)		2.529.392
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.430.772.520	1.353.785.698
TOTAL DO ATIVO	1.562.533.216	1.455.142.018

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO

	R\$(1) 31/12/2016	R\$(1) 31/12/2015
CIRCULANTE	113.903.931	159.415.595
Fornecedores	41.057.185	62.171.508
Retenções contratuais	1.004.854	859.369
Provisão de férias e gratificação	9.790.300	10.210.523
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	1.353.413	2.395.410
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	12.977.548	42.370.146
Empréstimos e financiamentos (6)	31.168.219	28.722.898
Parcelamentos (Nota 7)	15.368.339	9.877.855
Consignações a recolher	808.318	684.346
Salários e ordenados a pagar	262.820	2.010.605
Outros débitos	112.935	112.935
NÃO-CIRCULANTE	113.544.142	91.924.429
Parcelamentos (Nota 7)	56.548.672	38.632.963
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	19.098.949	15.466.146
Provisão Para Contingências (nota 8)	8.257.143	8.185.942
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	29.639.378	29.639.378
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.335.085.143	1.203.801.994
Capital realizado (Nota 11)	899.488.607	899.488.607
Subscrito	899.488.607	899.488.607
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota10)	633.841.504	512.287.330
Prejuízos Acumulados	-218.357.351	-228.086.326
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.562.533.216	1.455.142.018

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	R\$(1) PERÍODOS	
	1/1/2016	1/1/2015
	A	A
	31/12/2016	31/12/2015
Receita Operacional Líquida (Nota 13)	496.049.577	403.078.178
Custo dos Serviços (Nota 14)	290.106.240	242.845.789
Lucro Bruto	205.943.337	160.232.389
Despesas Operacionais	-184.208.264	-135.816.518
Comerciais (Nota 15)	-69.005.891	-63.535.822
Administrativas (Nota 15)	-116.229.989	-96.132.531
Despesas fiscais e tributárias	-2.878.538	-2.733.219
Outras Receitas(despesas operacionais)	3.977.354	28.308.259
Contingências Cíveis e Trabalhistas	-71.200	-1.723.205
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	21.735.073	24.415.871
Receitas (Despesas) Financeiras	-18.708.789	-23.955.385
Receitas	939.687	1.404.780
Juros e encargos financeiros	-16.793.331	-22.433.528
Variações Monetárias	-2.855.145	-2.926.637
Lucro(Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições	3.026.284	460.486
Imposto de Renda e Contribuição Social	-447.213	
Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício	2.579.071	460.486
Lucro(Prejuízo) por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)	0,24887848	0,04443656
Quantidade de Ações	10.362.771.972	10.362.771.972

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	R\$(1) PERÍODO DE PERÍODO DE	
	1/1/2016	1/1/2015
	A	A
	31/12/2016	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	2.579.071	460.486
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido Aplicado/obtido nas/das atividades operacionais:	86.455.135	100.274.629
Depreciação e amortização	37.667.792	34.846.575
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	-	1.409.388
Provisão p/perdas na realização de créditos	24.404.890	19.747.949
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	14.377.404	13.322.861
Varição monetária sobre financiamentos	2.855.145	2.926.636
Ajustes de Exercício Anterior	7.149.904	28.021.220
Total	89.034.206	100.735.115
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:		
Clientes	-49.487.691	-37.476.017
Estoques	-1.374.675	84.369
Outros créditos	-1.476.398	5.618.151
Outras contas ativas de longo prazo	2.529.391	-1.502.470
Fornecedores	-22.156.320	14.148.720
Retenções contratuais	145.484	84.251
Contas a pagar	4.560.494	-4.356.663
Impostos, taxas e contribuições diversas	-16.138.002	16.593.713
Consignações a recolher	123.972	-310.764
Provisão p/ Férias e Gratificação	-420.223	2.614.414
Salários e Encargos a pagar	-13.821.824	17.772.406
Outros Débitos	71.200	1.723.204
Total Aumento(diminuição) Contas do Circulante	-97.444.592	14.993.314
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-8.410.386	115.728.430
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-114.654.613	-136.806.345
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-114.654.613	-136.806.345
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adiantamento p/futuro aumento de capital	121.554.175	86.985.082
Parcelamento de Dívidas Tributárias	36.667.865	32.075.203
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	-26.721.124	-82.472.054
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	32.239.408	13.257.263
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	-35.675.430	-32.901.633
Recursos Vinculados a Convênios		323.489
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	128.064.894	17.267.350
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES	4.999.895	-3.810.565
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO	4.775.077	8.585.643
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	9.774.972	4.775.077

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2015 A 31/12/2016)

RS(1)

ESPECIFICAÇÕES	CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 01/01/15		899.488.607	20.112.383	-256.568.033	425.302.248	1.088.335.205
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL			-	-	87.198.076	87.198.076
DEVOLUÇÃO DE CRÉDITOS P/ CAPITAL			-	-	-212.993	-212.993
RESULTADO DO EXERCÍCIO			-	460.486	-	460.486
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR				28.021.220		28.021.820
SALDOS EM 31/DEZ/15		899.488.607	20.112.383	-228.086.327	512.287.331	1.203.801.994
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					121.554.173	121.554.173
RESULTADO DO EXERCÍCIO				2.579.071		2.579.071
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR				7.149.905		7.149.905
SALDOS EM 31/DEZ/16		899.488.607	20.112.383	-218.357.351	633.841.504	1.335.085.143

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor Presidente

Haroldo Anderson Deda Filho
Dir. De Gestão Corporativa

José Gabriel Almeida de Campos
Dir. De Meio Ambiente e Eng.

Sílvio Múcio Farias
Diretor de Operações

Wanderlê Dias Correia
Dir. Comercial Financeiro

Gílson Ribeiro de Jesus
Contador CRC/ISE 1923

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores Expressos em R\$(1)]

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;
- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;

- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;

- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 16 (dezesesseis) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 78% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2016, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./16 e 31/dez./15 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941./09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 ainda não emitido)

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

b) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

c) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

d) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

e) CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados os ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Particulares	234.170.260	196.525.512
Público	95.781.571	87.431.442
Contas a Faturar	25.097.217	21.604.402
(-) Perdas Prováveis c/Clientes	(239.888.361)	(215.483.471)
Contas a Receber, líquido	115.160.687	90.077.885

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram debitados ao resultado do exercício de 2016 com base nos seguintes critérios:

Contabilização como despesas no exercício de 2016 o montante de R\$ 24.404.890 atribuído às Perdas do período e formação de provisão.

f) ESTOQUES

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2016	2015
Almoxarifado Central	2.144.495	769.820
TOTAL	2.144.495	769.820

g) IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./16

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.088.755.463	381.223.010	707.532.453
Sistema de Esgoto	319.136.442	65.026.671	254.109.771
Bens de Uso Geral	29.328.166	21.624.866	7.703.300
Subtotal em Operação	1.437.220.071	467.874.547	969.345.524
Obras em Andamento	461.426.996		461.426.996
TOTAL GERAL	1.898.647.067	467.874.547	1.430.772.520

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./15

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.030.608.537	350.380.591	680.227.946
Sistema de Esgoto	253.425.052	59.247.407	194.177.645
Bens de Uso Geral	27.299.956	20.578.759	6.721.197
Subtotal em Operação	1.311.333.545	430.206.757	881.126.788
Obras em Andamento	472.658.910		472.658.910
TOTAL GERAL	1.783.992.455	430.206.757	1.353.785.698

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIACÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

h) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

i) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./16. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

j) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2016	2015
Cercos	-	15.334
Coelba	-	44.121
Energisa	1.353.413	2.030.120
Sulgipe		305.835
TOTAL	1.353.413	2.395.410

NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Cofins	2.437.601	16.402.235
Imposto de Renda Retido na Fonte	2.746.735	1.729.717
FGTS	1.312.418	1.060.944
INSS	3.571.523	17.338.047
PIS PASEP	529.004	2.717.207
Outros	2.380.267	3.121.996
TOTAL	12.977.548	42.370.146

NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

Table with 7 columns: FINANCIADOR, CURTO PRAZO, LONGO PRAZO, TOTAL, VENCIMENTO FINAL, TAXA ANUAL DE JUROS, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. Lists various financial institutions and their terms.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 3,50% a 10,69% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimentos final para janeiro de 2025.

NOTA 7. PARCELAMENTOS

Table with 5 columns: FINANCIADOR, CURTO PRAZO, LONGO PRAZO, TOTAL, VENCIMENTO FINAL. Lists various installment plans and their details.

A Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível.

Table with 4 columns: ESPECIFICAÇÃO, VALOR DA BASE 31/DEZ./16, PROVISÃO EM 31/DEZ./16, PROVISÃO EM 31/DEZ./14. Shows provision details for labor and civil risks.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2016

Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO. Rua Campo do Brito, 331 - Praia 13 de Julho, Aracaju-Sergipe CEP: 49.020-380

1) Opinião com Ressalva. Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO (Companhia), que compõem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

NOTA 9. RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS

Table with 3 columns: DESCRIÇÃO, 2016, 2015. Lists resources for various agreements.

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 121.554.173, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infraestrutura, em nome do Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos foram aplicados em diversas obras de saneamento e esgotamento.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 11.000.000.000 de ações. Em 31/dez./16, o capital social integralizado era de R\$ 899.488.607, composto por 10.362.771.972 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 8.600.000.000 de ações ordinárias e 1.762.771.972 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

Table with 5 columns: ACIONISTAS, ORDINÁRIAS, PREFERENCIAIS, TOTAL DE AÇÕES, TOTAL EM R\$. Lists shareholders and their holdings.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2016 e 2015.

NOTA 12. PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantenedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) joias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

Auxílio-Desemprego

O auxílio-desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio-desemprego será concedido na forma de pagamento mensal

ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio-desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio-desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previstos, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2016 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 1.761.543, sendo o valor de R\$ 1.497.311 destinados aos fundos e R\$ 264.232 para o custeio das despesas de administração.

Na data de 31/dez./16 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 496 associados.

NOTA 13 – RECEITAS

A) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Table with 3 columns: DESCRIÇÃO, 2016, 2015. Shows operational revenue details including gross receipts and deductions.

NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

Table with 3 columns: DESCRIÇÃO, 2016, 2015. Shows service cost details including personnel, material, and other costs.

NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

Table with 3 columns: DESCRIÇÃO, 2016, 2015. Shows operational expense details including commercial and administrative expenses.

2) Base para Opinião com Ressalva. 2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 "g", a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o

CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DESO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DESO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DESO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DESO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Ênfase:

5.1) Contratos de Concessão

Conforme mencionado na Nota Explicativa “1”, a Companhia presta serviços para 72 municípios do Estado de Sergipe, mediante contratos de concessão com prazos que variam de 20 a 30 anos, sendo que, 16 contratos encontram-se vencidos e os contratos vigentes não atendem a Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras para concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2016.

6) Outros Assuntos

6.1) Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

6.1.1 Relatório da Administração

A administração da DESO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 01 de Abril de 2016, com opinião modificada contendo as seguintes ressalvas: *i) Controles Internos sobre a rubrica de Contas a Receber de Clientes*: diferença no cotejamento entre o Saldo Contábil e o valor do Relatório do Sistema GSAN, que não pudemos quantificar e qualificar com exatidão; *ii) Teste de Impairment*: A Companhia não aplicou o teste preconizado no CPC 01, para identificar se os ativos imobilizados estão mensurados acima do seu valor recuperável; *iii) Depreciação*: Da mesma forma, a companhia não efetuou estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

Aracaju/SE, 10 de Março de 2017

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O “S”SE

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”SE
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira **Thomaz de Aquino Pereira**
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”SE Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S”SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 10 de março de 2017, com ressalva e parágrafos

de ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDIMEC Auditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas. Aracaju (Se), 30 de março de 2017.

JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES
ANTONIO CORREIA DANTAS FILHO
ANDRÉ LUIZ GONÇALVES GARCIA